

Março
Abril
1974



Quando Uma Pessoa
Está Pronta Para
o Batismo? - P. 3

O

MINISTÉRIO adventista

VALE A PENA

O evangelista terminou a cerimônia batismal. Várias semanas de duro esforço na condução da campanha haviam transcorrido, a atividade intensíssima havia-lhe exigido o emprego de todas as energias imagináveis. O clima fora adverso, a ausência do calor do lar durante tanto tempo minara-lhe as energias emocionais a ponto de parecer-lhe o quarto do hotel algumas vezes uma cela de prisão.

Veze houve em que o cansaço físico, a saúde quebrantada e a nostalgia fizeram pender a balança para o lado escuro do desânimo. A história de Elias escondido numa cova parecia repetir-se como epílogo da experiência. Contudo, a oração lhe provia forças e o impulsionava para a tarefa com renovados bríos.

O Pastor está agora só na igreja vazia. Acaba de terminar uma excitante cerimônia batismal. Está a sós consigo mesmo, com Deus e com o silêncio, e pensa em cada um dos que acabam de ser batizados. Recorda a primeira vez que viu aquele jovem estudante, o qual veio por curiosidade às reuniões, cheirando fortemente a álcool e fumo. Lembra os seus olhos avermelhados pelo vício e as noites mal dormidas. Agora, o quadro havia mudado radicalmente: o seu rosto denotava paz e libertamento; o amém que pronunciou nas águas antes de ser submergido estava saturado de sinceridade, felicidade e gratidão.

Recorda também o casal que foi batizado no começo da cerimônia. O esposo era antes um homem nervoso, e tinha motivos para isto. Sua vida era um emaranhado de problemas, enredos, preocupações e frustrações próprias dos que vivem sem princípios. A família sofria de modo inaudito, pois era em quem ele descarregava todas as suas angústias. Há poucos momentos, enquanto era sepultado nas águas batismais, sua esposa que estava também dentro do batistério, olhava-o fixamente, esboçando um sorriso de vitória, de triunfo, de libertamento. Como as coisas haviam mudado desde que por simples curiosidade começaram a frequentar as reuniões! Como eram felizes desde que Cristo havia entrado em sua vida! Aquele abraço que deram no pastor era uma clara demonstração de que o consideravam o instrumento usado por Deus para uma transformação quase milagrosa.

Como num filme, passam pela mente do Pastor rostos, incidentes, argumentos, escusas, decisões. O pregador pensa no verdadeiro significado daquele ato que acaba de concluir na igreja, e sua felicidade dilui todo o cansaço, toda tristeza ou ferida produzida pela batalha travada.

O que fez sorrir ao Pastor, cheio de verdadeiro gozo, foi o pensar que além dos alvos, dos números que são sempre frios, estava representada à sombra daquele batistério a operação do Espírito Santo, produzindo os seus frutos. Ali se aplicara a mais um grupo dos méritos de Cristo. Aqueles 54 novos irmãos haviam passado da morte para a vida,

já não eram mais candidatos à destruição final, mas sim à salvação eterna. A eles se lhes dera o direito de entrar, pelos méritos de Cristo e por sua decisão pessoal, à felicidade eterna e imperecível do Céu e da Nova Terra, quando a promessa de Cristo se cumprir. E isto não pode ser medido ou representado por número algum, por fabuloso que seja. Eles haviam adquirido o direito de passar milhões e milhões de anos numa vida de felicidade permanente e inalterável. E havia sido em parte ele, o pregador, quem tivera a incomparável ventura de expor ante eles os segredos da posse de semelhante experiência. Daí que esquece o cansaço, as lutas vividas, a solidão. Esquece tudo. Qualquer sacrifício era pequeno, se se podia alcançar tão excelso objetivo! Vale a pena enfrentá-los!

Sua experiência era semelhante a que o próprio Jesus vivera. "Cristo viu os resultados do trabalho de Sua alma e ficou satisfeito. Olhou através da eternidade, e viu a felicidade daqueles que pela Sua humilhação haviam de receber o perdão e a vida eterna (...). Ele ouvia as exclamações de júbilo dos remidos. Ouvia os resgatados cantando o cântico de Moisés e do Cordeiro". — CB, p. 504.

Não há pensamento que mais possa enobrecer do ministério do que este. O pregador não trabalha só para esta vida, mas também para a eternidade. Quando ele prega a alma conhece a verdade, convence-se do pecado, da necessidade de salvação, demonstra fé, sua vida é purificada, experimenta o novo nascimento, é batizada e passa da morte para a vida. Que significa isto? Em primeiro lugar entra em uma nova etapa da vida, o que seria em si suficiente recompensa para qualquer sacrifício que a aceitação da verdade lhe haja significado e suficiente justificativa para qualquer gasto ou sacrifício que tenha feito para alcançá-lo. Um lar transformado, uma vida mudada, eis uma obra de dimensões que vão além de qualquer cálculo. E há que contar além disto com a eternidade. Que é a eternidade? É algo impossível de medir ou de imaginar. Essas pessoas recém-batizadas são agora herdeiras dessas bem-aventuranças.

Oxalá pudéssemos manter permanentemente ante nossa consciência esta sacratíssima verdade. Se assim fosse não haveria renúncias ao ministério, provocadas pela atração de bens ou comodidades temporais. Não haveria quedas que constantemente mancham o nome do ministério. Desapareceriam as críticas, os anelos de posição ou de reconhecimento humanos, os interesses egoístas e mil gigantes que às vezes desafiam àquele que "vem em nome do Senhor". O ministério apareceria então em toda a sua grandeza, como o mais digno e o mais sublime mister em que o homem pode empenhar-se.

(Continua na pág. 5)



Quando Uma Pessoa Está Pronta Para o Batismo?

Praticamente cada obreiro ordenado tem sido interrogado por sua consciência — quando não pelos membros de sua igreja — por que alguém que ele batizou apostatou. Por que deixou a igreja? Eu o batizei demasiado cedo? Deixei de explicar-lhe as doutrinas da igreja? Levei-o realmente aos pés da cruz?

Tenho conhecimento de algumas sérias dissensões em igrejas em virtude da apostasia de crentes novos. Entendiam alguns que o Pastor era culpado porque “fora muito afoito em levá-los ao tanque batismal”. Outros sustentavam que a congregação jamais os aceitara plenamente em sua comunhão. Outros ainda criam que a fraqueza estava com os novos convertidos mesmo.

Não podemos negar que em algumas ocasiões a preocupação em manter ou aumentar o número de membros tem levado alguns Pastores a levar

para as águas batismais candidatos despreparados para serem contados como membros da igreja. A falta de preparo pode ser o resultado de instrução insuficiente, ou talvez se deva à demasiada juventude do candidato. Alguns candidatos não são inteiramente convencidos sobre “verdades probantes”; outros — crianças — demasiado jovens para saber de que se trata.

Descobrir quando uma pessoa está preparada para o batismo seria como procurar descobrir o tempo certo para casar ou para comprar uma casa. Embora possa haver vários “tempos certos”, há também um tempo que é demasiado cedo.

Significa a entrega do coração a Cristo preparado suficiente para o batismo? É o batismo o único requisito para ser membro da igreja? Pode

uma pessoa ser salva sem ser batizada, ou ser salva sem se tornar membro da igreja? É evidente que “salvação”, “batismo”, e “comunhão da igreja” ocupam terreno comum, mas qual? Não podemos responder a pergunta sobre quando está uma pessoa pronta para o batismo até que tenhamos compreendido inteiramente a relação entre batismo, salvação, e comunhão da igreja, ou seja, a qualidade de membro da igreja.

“Batismo” e “salvação” não se correspondem isto é, não são sinônimos; mas são parte de um todo de que o membro da igreja é também parte. A igreja adventista do sétimo dia faz do batismo um requisito para que a pessoa seja membro da igreja (com algumas exceções especiais). A Bíblia assim o indica. Mas esta ordenança jamais foi destinada a produzir uma mudança miraculosa na vida do candidato, como algumas pessoas parecem esperar.

O batismo deve ser um dos resultados externos de uma transformação que já tenha começado na vida. Nem deve ser buscado jamais com a expectativa de que produzirá, como que por uma espécie de mágica santificada, uma vida de conformação a um código moral ou a regras de comportamento. Nem mesmo a conversão — sem renovação — garante tal procedimento de vida em submissão à vontade de Deus.

Também não deve o batismo ser olhado como o principal requisito para ser membro da igreja. Como porta de entrada para o aprisco de Deus, este sagrado rito deve ser considerado como o último de muitos passos que conduzem de uma vida de rebelião para uma vida de obediência.

Talvez a confusão quanto ao real propósito do verdadeiro batismo seja um dos maiores problemas da igreja hoje. O batismo só deve ser administrado pelo Pastor ao candidato quando ambos compreendem claramente o verdadeiro significado da ordenança. Se Pastores ou leigos ignoram a provisão bíblica claramente delineada para o real propósito do batismo, estão prestando a si mesmos e à causa um real desserviço.

Conversão Deve Preceder o Batismo

Todos os que desejarem ser salvos devem receber os benefícios e as bênçãos da conversão e do batismo. Nem a verdadeira conversão nem o batismo devem ser ignorados, passados por alto ou minimizados. Nem se destina um a substituir o outro, e a ordem jamais deve ser in-

vertida. A verdadeira conversão do coração deve sempre preceder o batismo. A salvação não começa quando do batismo, mas quando da conversão. É dever do Pastor detectar e avaliar a profundidade da entrega de um candidato a Cristo — sua conversão — até o máximo em que lhe seja possível.

A salvação não consiste no ato de unir-se à igreja, nem mesmo na adesão formal à igreja remanescente, por mais que gostemos de assim pensar. Também não ocorre a salvação necessariamente quando há assentimento mental a um conjunto de doutrinas ou crenças. Tampouco ela vem por dizer alguém: “Eu creio em Jesus”, pressionado por outrem. A salvação começa com uma genuína aceitação de Cristo, e continua mediante Sua verdade e poder.

Às vezes pensamos que um candidato está preparado se lhe se conseguiu que deixasse algum mau hábito ou algum enfeite objetável. Tais atos de abnegação podem ocorrer durante o processo, mas não são só por si uma indicação de que o candidato está preparado para o batismo. Para que o candidato esteja real e inteiramente preparado para o batismo deve ter uma *viva união com Jesus Cristo. Deve estar renovado no coração.*

O conselho da mensageira do Senhor, é: “A salvação não está em ser batizado, em ter nosso nome nos livros da igreja, nem em pregar a verdade. Mas em uma viva união com Jesus Cristo para ser renovado no coração, fazendo as obras de Cristo em fé e trabalho de amor, na paciência, na mansidão e na esperança”. — *Ev.*, p. 318. “A ligação a uma igreja não substitui a conversão. A aceitação do credo de uma igreja não tem valor algum para quem quer que seja, *se o coração não estiver verdadeiramente transformado*”. — *Id.*, p. 290. (Itálicos supridos).

Jesus Precisa Ser Real

O estar habilitado a tornar-se membro da igreja envolve *relacionamento pessoal* com o Salvador da humanidade. Jesus tem de ser real e evidente na vida. Sua influência não pode ser uma influência de origem desconhecida, escondida ou secreta. Se Ele está presente na vida, a nova experiência será de algum modo partilhada com todos com quem nos encontramos.

Nem obreiros e nem leigos devem estabelecer regras e qualificações para membro de igreja que

Deus não tenha ordenado. A qualidade de membro da igreja representa a entrada para a família de Deus e é administrada por seres humanos. Este é um privilégio e responsabilidade assegurados por Deus mediante o Seu corpo representativo aqui na Terra, àqueles — e a estes somente — cuja vida demonstre de modo claro *haver sido mudada pela presença do Espírito Santo no íntimo*. Se esta mudança não é visível, então a pessoa não deve receber o batismo nem ser mantida no corpo de Cristo.

É nossa responsabilidade conduzir o que se mostra desejo, aos pés da cruz de Jesus Cristo, nosso maravilhoso Senhor. Aqui deve o pecador render-se em total submissão e inteira obediência aos reclamos de Cristo, seu Salvador, com quem se tem relacionado pessoalmente. Deve confessar a Deus os seus pecados. Assim então entra no reino de Deus. Segue-se um período de tempo em que os frutos de sua conversão começam a ser vistos em sua vida. Uma vez que estes frutos aparecem, mediante o conhecimento da verdade e a dotação do Espírito Santo, ele está pronto para o batismo, devendo este ser-lhe administrado sem desnecessária delonga. O batismo por imersão é a declaração de que a nova vida em Cristo Jesus começou. É um testemunho ao mundo de que agora Cristo vive no coração.

Deve Ser Individualmente Determinado

O batismo é o atestado de uma vida já mudada. É um sinal externo confirmando que alguma coisa aconteceu internamente. Algumas vezes essa mudança pode ocorrer rapidamente, de modo que o tempo de aceitação até o batismo deve ser determinado em cada caso individualmente. Trata-se de uma experiência pessoal. Empurrar uma pessoa para o batismo é um erro. Conduzi-la a ele é um sucesso. Se nos adiantarmos ao Espírito Santo estaremos condenados ao fracasso e iremos batizar pessoas que não estavam preparadas para o batismo. Mas quando agimos em harmonia com o Espírito Santo, estabelecemos um verdadeiro membro na família de Deus. Os Pastores precisam estar vivendo mais perto de Deus cada dia para que possam saber quando estão agindo em harmonia com o Espírito Santo.

As conversões não são todas iguais. Não tem uma pessoa o direito de julgar a qualidade da

conversão da outra ou mesmo a sua falta, nem devem os dois tomar os mesmos caminhos ou caminhos similares. Mas a conversão, tendo lugar na vida quando pode do modo que escolhe, deve ser experimentada primeiro antes que seja administrado o batismo.

As vezes uma pessoa é batizada prematuramente. Isto é uma lástima. O modo de evitar este erro não é eximir-se por completo. Em alguns casos este procedimento pode ser apropriado, mas não aqui. Podemos cometer um terrível engano se deixarmos de batizar uma pessoa quando chega o momento. Tenho dito muitas vezes, principalmente ao considerar os que são muito jovens, que seria preferível batizar uma pessoa duas vezes a não batizá-la nunca. “Quando derem prova de que compreendem plenamente sua posição, devem ser aceitos”. — *TM*, p. 128.

Muitas vezes pessoas são compelidas a dar este importante passo, mas a mensageira do Senhor diz: “Uma coisa há que não temos o direito de fazer, e esta é julgar o coração de outro, ou impugnar-lhe os motivos. Quando, porém, uma pessoa se apresenta como candidato a membro da igreja, cumpre-nos examinar o fruto de sua vida, e deixar com ela própria a responsabilidade de seus motivos”. — *Ev.*, p. 313.

Que Deus nos ajude a não obstar o caminho de almas que desejam entrar, e também a estar seguros de que os que são batizados tenham demonstrado genuína conversão, manifestando em sua vida os frutos do Espírito.

Vale a Pena

(Continuação da pág. 2)

Isto nos ajudaria também a despertar talentos adormecidos. O tesoureiro, o professor, o empregado de uma fábrica, o administrador e tantos obreiros mais, veriam que as maiores alegrias na obra do Senhor não estão no fato de elevar o capital operativo de uma organização ou instituição, ou alcançar alvos, ou promover campanhas, mas em levar pecadores ao arrependimento.

Que nossa oração seja: Senhor, ajuda-me a dar ao mais importante o primeiro lugar. Ajuda-me a apressar a colheita final. Ajuda-me a ver claramente o que a salvação de uma alma significa para Ti. Amém.

— Rubén Pereyra

O MINISTÉRIO 5

Liderança Pastoral

Anísio Chagas
(Pastor Instituto Cruzeiro do Sul)



A carreira pastoral não é fácil de ser exercida. São poucos os Pastores bem sucedidos, lamentavelmente. Deus quer que seus obreiros sejam líderes capazes nas igrejas para o progresso do Evangelho aqui neste mundo. É certo, porém, que liderança pastoral não se aprende nas universidades. É Deus mesmo que ensina como lidar com êxito nas coisas sagradas.

Cumpra ao obreiro de Deus ter um conceito próprio dos irmãos da sua paróquia. Deve ele ter os seus ouvidos cerrados a comentários, juízos e opiniões de outros a

respeito dos seus liderados. O sábio Salomão, em Provérbios 29:12, sob a inspiração divina aconselha: "Se o governador dá atenção a palavras mentirosas, virão a ser perversos todos os seus servos".

É aqui que muitos fracassam. Ao chegar o Pastor a um novo distrito, ouve comentários, geralmente os mais depreciativos, a respeito de fulano, sicrano e beltrano. Se ele der atenção ao que ouve, ficará convicto de que ninguém presta naquela comunidade, que todos são per-

versos, indignos, e a primeira coisa que vem ao coração do obreiro é desânimo. Uma onda de pessimismo invade a alma do Pastor, e ele passa muitas vezes a agir de acordo com as sugestões malévolas que recebe.

Todos os seres humanos são portadores de fraquezas, de deficiência e defeitos. Mas todos possuem também qualidades, virtudes maravilhosas que não são evidenciadas. O Pastor deve descobrir em cada membro da igreja as qualidades positivas, e usar estes irmãos nas atividades, nos trabalhos espirituais.

Certo Pastor de muita experiência, aconselhando a um jovem ministro como ser bem sucedido na liderança da igreja, expôs o seguinte pensamento: "O caçador de perdizes atira naquelas que são levantadas pelos cães. Acontece errar o tiro. Muitos irmãos são como os cães perdigueiros, e ordenam ao pastor que detone a sua arma. Se o pastor obedece e acerta o tiro, muito bem, é aplaudido. Mas se ele erra o alvo, então fica em maus lençóis". O que este pastor queria dizer é que muitos membros comentam fatos desagradáveis da vida dos irmãos, coisas que não se pode provar, boatos, mexericos, mentiras muitas vezes. É uma perdiz levantada. O obreiro sem experiência e sabedoria prática toma aquele caso em suas mãos. Aciona o gatilho e erra geralmente o alvo. Quem levantou o problema fica de fora e o obreiro se vê envolvido em problemas, num clima de inimizade e desconfiança que prejudica o trabalho espiritual que veio realizar.

O pastor deve enfrentar os problemas da Igreja e tomar as decisões necessárias, mesmo as dis-

ciplinárias, mas deve agir com segurança, com conhecimento de causa e não só por ouvir dizer.

O inimigo está muito interessado em trazer para a Igreja um clima de guerra, porque num ambiente de intrigas, rixas e maledicências, é fácil tumultuar e destruir tudo o que é bom. Cabe ao pastor preservar a paz da Igreja. O conselho do apóstolo Paulo em Efésios 4:3 é fazer tudo para "preservar a unidade do Espírito no vínculo de paz".

Quantas dores de cabeça podem ser evitadas se o Pastor buscar a guia divina no dirigir o rebanho. Deve ele conhecer todos os membros do seu rebanho, suas virtudes e defeitos — para saber liderar sabiamente.

Deve o pastor ser capaz de descobrir quem são os mexeriqueiros e saber livrar-se deles. Estes conselhos do sábio Salomão são oportunos: "O mexeriqueiro revela o segredo; portanto não te metas com quem muito abre os seus lábios". — Provérbios 20:19.

"Sem lenha, o fogo se apaga; e, não havendo maldizentes, cessa a contenda". Provérbios 26:20.

Certo membro causava muito sofrimento aos obreiros que vinham pastorear a Igreja. Um Pastor, porém, descobriu que aquele homem não tinha domínio na sua língua, e com tato e prudência lidou com ele. Nada sofreu e conseguiu até que aquele homem difícil apresentasse um saldo positivo em suas atividades.

Ter êxito no ministério não depende tanto de conhecimentos teológicos como de saber lidar com sabedoria divina nestes aspectos da liderança pastoral.

Mudou de Endereço?

Para que não se interrompa a remessa de **O Ministério Adventista**, envie-nos o seu novo endereço. Com todo o prazer continuaremos a atendê-lo.

Nome

Endereço anterior

Novo Endereço

Envie a Casilla 286, Montevideu, Uruguai. Associação Ministerial.

O Diretor faz 10 Perguntas ao Diretor do Centro Educativo Ilustrado

Desde muitos anos os evangelistas da América do Sul têm estado usando com extraordinários resultados, os diapositivos preparados no CEI de S. Paulo, Brasil. Desejamos partilhar com os leitores de "O Ministério Adventista" algumas informações sobre o funcionamento, objetivos e planos futuros desta organização, e por este motivo nos entrevistaremos com seu diretor e inspirador, o irmão Paulo G. de Freitas, o qual respondeu assim às nossas perguntas:

1. *Pergunta:* Entendemos que o irmão tem sido um evangelista mui ativo. Quanto tempo trabalhou na obra evangélica?

Resposta: Dediquei 11 anos ao trabalho direto na obra, como evangelista e pastor. Tive a ventura de dirigir várias séries de conferências, construir templos e ter sido pastor de várias igrejas, a última das quais foi a igreja central de Porto Alegre. Lamentavelmente tive que deixar o ministério direto por problemas de saúde de minha esposa e minha também. Pedi licença espontaneamente, com o ideal de dedicar-me à preparação de materiais úteis para o ministério.

2. *Pergunta:* Conte-nos algo sobre o início do CEI.

Resposta: Tudo surgiu como um idealismo para suprir uma lacuna existente no trabalho de evangelismo no Brasil — a falta de material. Havia dificuldade para conseguir o que era trazido de fora, o qual além de ser escasso, trazia grandes problemas alfandegários. Ademais, muito desse material extraordinário em si, não se adaptava à ideologia da América do Sul. Deveria acrescentar que no início foi uma obra realmente de fé. Nessa ocasião não tínhamos



conhecimentos técnicos, e os primeiros funcionários do CEI não sabiam se ao chegar o fim do mês receberiam o salário. À medida que o projeto se ia cristalizando, o campo foi-se abrindo no sentido técnico e especializado. Havia contudo a incerteza quanto aos resultados. Iniciamos o trabalho em uma pequena sala; atualmente ocupamos um prédio inteiro, com 10 pessoas trabalhando ativamente. Estamos trabalhando já por cinco anos. A inauguração foi realizada com a presença do Pastor Enoch de Oliveira, da Divisão, além dos obreiros da União Sul e Associação Paulista.

3. *Pergunta:* Neste momento, qual é o equipamento técnico com o qual conta o CEI?

Resposta: Temos um laboratório moderno e automático, que pode ser considerado um dos melhores do Brasil em especialização para "slides". O copiador de "slides" tem capacidade para impressionar trezentos metros de filme virgem em 20 minutos. A reveladora, também automática, entrega 75 metros de filme já pronto e seco, por hora. Levando em conta que aproximadamente há 23 diapositivos por metro, pode-se ver que a produção é imensamente grande. Para ilustrar, podemos dizer que para revelação e lavagem do filme, usamos 20 mil litros de água diariamente, quando se trabalha em toda a intensidade.

4. *Pergunta:* Produz o CEI material novo, ou simplesmente tiram cópias de materiais produzidos por outros?

Resposta: O material religioso deve ser adaptado a nossa época, com ilustrações atuais. Por exemplo: "Sinais do Fim", nossa série de rolos "Esgota-se o Tempo", inclui o astronauta na Lua, viagens interplanetárias, transplantes do coração, etc. Entendemos que o material audiovisual deve ser renovado constantemente, da mesma maneira como atualizamos nossa roupa, ou como mudamos nosso automóvel. Os diapositivos arranhados ou com mofo, ou descoloridos, devem ser destruídos e substituídos para que possam causar impacto e constituir-se numa competição ao cinema e à televisão, os quais apresentam tudo bem atualizado.

5. *Pergunta:* Quantas séries de diapositivos já preparou o CEI?

Resposta: Uma das primeiras séries foi sobre "A Bíblia Fala", com 24 estudos, a qual já está esgotada e não produzimos mais. Depois preparamos a série "Esgota-se o Tempo", formada de 15 estudos com um total de 540 diapositivos, que está sendo renovada e ampliada para 20 estudos. Tem também despertado muito entusiasmo entre os obreiros e leigos, a série de 30 histórias infantis, entre as quais há 20 histórias de educação moral e 10 histórias bíblicas. Além disso, hinos para projetar, as profecias de Daniel e Apocalipse, 72 diapositivos sobre o álcool e o fumo, Vida de Jesus, Visita à Palestina, Atualidades, e uma série sobre o Lar, estando as duas últimas já esgotadas. Para a Semana Santa de 1973 preparamos a pedido da Associação Ministerial, uma série de 70 diapositivos, das quais foram preparadas 2.800 séries com quase 200.000 diapositivos. Da série "Esgota-se o Tempo", em três anos foram preparadas e distribuídas 2.000 séries em português e espanhol.

6. *Pergunta:* Pelo visto, o CEI está en-

viando diapositivos para fora do Brasil. A que outros lugares são enviados?

Resposta: Nossas séries de diapositivos já estão circulando em todos os países da América do Sul, América do Norte, e enviamos remessas também para a África Portuguesa e parte da Europa.

7. *Pergunta:* De onde conseguem os originais para os diapositivos?

Resposta: São todos criações dos artistas que trabalham conosco, com exceção de trabalhos solicitados especialmente por instituições. Por exemplo, no caso da Semana Santa, os quadros foram copiados de outros já existentes. As histórias infantis são totalmente criadas em nossos estúdios.

8. *Pergunta:* Que relação existe entre o CEI e a organização Adventista do Sétimo Dia?

Resposta: Trabalhamos com o idealismo de servir a obra como meta principal. Nossas séries são preparadas de acordo com os planos da organização Adventista e supervisionadas por um conjunto de pastores. Atualmente o Secretário Ministerial da União Sul-Brasileira da IASD é o Conselheiro do CEI.

9. *Pergunta:* Há em preparo algum material novo neste momento?

Resposta: Já há alguns meses temos um de nossos artistas, José Irajá Costa e Silva, pintando os originais para uma nova série, que terá 20 estudos, para ser usada em evangelização. Temos já um pedido de 3.000 (três mil) coleções em português, as quais serão usadas em séries de conferências e classes batismais, contempladas pelo plano da Divisão Sul-Americana em continuação da Semana Santa de 1974. Tão logo possamos terminar a preparação dessa série, faremos as adaptações para uma versão em castelhano, que esperamos esteja pronta em janeiro de 1974. Todos os quadros serão novos e as legendas terão fundo ilustrativo de intenso colorido. Já hemos feito os arranjos com a VOZ DA PROFECIA para a gravação dos textos em fitas cassetes. Esperamos que seja possível fazer o mesmo em castelhano.

10. *Pergunta:* Que planos tem o CEI para o futuro?

Resposta: Nossos planos são de crescimento e expansão a fim de podermos atender melhor à demanda de material audiovisual atualizado. Penetramos agora no campo de gravação em fitas cassetes e disquinhos, completando assim o ensino visual com o áudio. Se Deus quiser teremos dentro em breve um novo prédio que abrigará moderno laboratório fotográfico e amplas instalações para desenvolvimento da técnica moderna de comunicação audiovisual.

Dr. Raul Dederen

Redator-Associado de *Ministry* e Professor na
Andrews University



Os católicos romanos são, por assim dizer, ecumenistas de última hora. Com efeito, o seu ecumenismo tem sido em grande medida uma resposta a iniciativas de protestantes e ortodoxos. De modo mais concreto ele começou com o Concílio Vaticano II. E a partir daí, efetivamente, a questão da união dos cristãos tem recebido muito mais do que consideração ocasional. Ela tem sido posta em relevo por Roma em toda a sua extensão, em inúmeras implicações doutrinárias e pastorais. Tanto isto é certo que a questão de considerar-se a igreja católica romana como um de seus membros tem sido um item imediato na pauta do Concílio Mundial de Igrejas.

A história desta reorientação é difícil de poder contar-se. E uma observação objetiva é igualmente muito difícil, quase impossível, não apenas porque o Concílio Vaticano II quebrou a uniformidade da igreja católica romana e tornou mais fluidas muitas de suas posições, mas mais particularmente porque estamos ainda por demais perto dos acontecimentos que geraram a mudança. E o que complica ainda mais o problema é que essa reorientação ainda está em processo.

Nos primórdios do movimento ecumênico, a igreja católica declinou de convites para participar de movimentos que posteriormente conduziram à formação do Concílio Mundial de Igrejas. A Encíclica *Mortalium Animos*, baixada pelo papa Pio XII em 1928, logo após a Conferência de Lausanne sobre a Fé e a Ordem, foi inequívoca: "É claro que a Sé Apostólica não pode por nenhum meio tomar parte nessas assembléias, nem é de modo algum lícito a católicos darem a tais empreendimentos sua colaboração e sustento. Se o fizessem, estariam dando forma a um falso cristianismo praticamente separado da única igreja de Cristo".¹

Hoje, menos de cinquenta anos mais tarde, as dificuldades que pareciam intransponíveis, já não se mostram assim tão significativas. Católicos romanos tomam parte nessas assembléias em qualquer nível. Sacerdotes e freiras de diferentes ordens religiosas tomam presentemente parte mais do que ativa na direção do Concílio Nacional de Igreja dos Estados Unidos. Outros prestam serviços em diferentes setores dos concílios Nacional e Mundial de igrejas. Comissões de trabalho, conversações bilaterais e grupos de trabalho estão ativamente simpli-

Tendências do Ecumenismo

ficando pontos de divergências e de convicção, e cooperadoramente desempenhando atividades no plano social da agenda.

Homem algum sozinho, nem mesmo João XXIII, iniciou os primeiros passos do catolicismo romano no sentido do ecumenismo. Muitos fatores têm estado em operação, mas o principal impacto veio do Concílio Vaticano II (1962-1965), quando foi posta uma nova base para a participação católica no movimento ecumênico, mediante o reconhecimento por parte da igreja católica da fé e vida religiosa de cristãos de outras tradições. Assim, o decreto "Sobre Ecumenismo", definindo o relacionamento de não católicos romanos para com a igreja católica, afirma que os que estão de fora da comunhão da igreja católica romana, são levados à fé em Cristo e são batizados, são membros do corpo de Cristo. Conquanto não pertencendo à igreja católica, estão não obstante fundamentalmente em comunhão com ela mediante a fé e o batismo (artigo 3, parág. 1). Eles "pertencem por direito a uma igreja de Cristo" e "têm o direito de serem honrados com o título de cristãos" (parág. 2). Não mais são vistos como indivíduos isolados, como membros de "igrejas e comunidades eclesásticas", a "realidade eclesástica" que não é mais questionada. Constituem essas comunidades meios mesmo que o Espírito de Cristo usa para conduzir os seus membros à salvação. Indubitavelmente eles "não têm sido de modo algum privados de significado e importância no mistério da salvação (...)" (Parág. 4).

Deve registrar-se o fato de que permanece um oculto temor de que o verdadeiro objetivo de Roma possa finalmente não ser outro que não o "retorno", mas afirmações como as transcritas acima indubitavelmente representam uma decisiva reorientação no pensamento ecumênico da igreja católica.

Uma vez promulgados os documentos do Vaticano II, reuniões, diálogos e cooperação deixaram de ser confinados a círculos especiais. Eles se tornaram uma tarefa da igreja católica romana como um todo. Após o Concílio, por-

tanto, a participação católica no movimento ecumênico tornou-se cada vez mais uma regra, embora tenha havido consideráveis diferenças de lugar para lugar. Conversações bilaterais com confissões individualmente foram determinadas para examinar e discutir difíceis problemas teológicos que separam, por exemplo, os católicos e luteranos, anglicanos, metodistas, etc. Encontros e cooperação, entretanto, deviam ainda ser buscados em outro nível, um nível em que todas as igrejas, embora ainda divididas, permaneçam em constante contato, antecipando uma final associação e, tanto quanto possível, mantendo um testemunho comum. Assim, o relacionamento com o Concílio Mundial de Igrejas tornou-se da maior importância.

Era possível porém, à igreja católica entrar em associação com o Concílio Mundial de Igrejas que, tenhamos isto em mente, não é ele próprio uma igreja, mas uma comunhão de igrejas? O Concílio Mundial não tem autoridade sobre suas igrejas-membro. Como o indicam sua constituição e regras, ele não pode falar ou agir por elas. Na questão da união, elas, somente, podem agir. Permaneceria, porém, o Concílio Mundial, indiferente? Não estaria ele obrigado a agir em nome de seus membros dentro dos limites próprios, a fim de aproveitar a oportunidade que se apresentava para desenvolver o movimento ecumênico?

Para este fim criou-se um grupo de trabalho em 1965, cuja tarefa era dirimir algumas questões básicas, em particular o entendimento de cada membro da igreja sobre o movimento ecumênico. De início ele se limitou a identificar e encorajar possibilidades de cooperação entre organizações católicas e diferentes setores do Concílio Mundial. Logo a seguir levou a efeito estudos teológicos específicos, alguns deles de grande importância. Ao ampliar-se a cooperação, o item tornou-se mais específico. Era concebível que a igreja católica romana pudesse tornar-se membro regular do Concílio Mundial de Igrejas? Individualmente os escritores começaram a discutir a questão.

A Assembléia Geral do Concílio Mundial

realizada em Uppsala em 1968, suscitou o problema, e o papa Paulo VI mencionou-o em 1969. Como consequência o Grupo de Trabalho decidiu atacar a questão. Seu relatório foi publicado em julho de 1972, em *The Ecumenical Review*.² Em virtude do interesse do assunto, um outro grupo de trabalho, depois de haver estudado por sua própria conta o problema durante dois anos de debates, publicou em fevereiro de 1972, poucos meses antes portanto, um relatório sobre a possibilidade de a igreja católica romana tornar-se membro do Concílio Nacional de Igreja dos EE. UU.³ Como se poderia esperar, esses dois documentos debatem o item e suprem a resposta de modo similar.

O relatório sobre a possível união da igreja católica ao Concílio Mundial de Igrejas foi enviado por cada uma das corporações a sua liderança para cuidadoso estudo e sua possível reação. Ele procura derramar luz sobre os vários aspectos — *pró e contra* — da condição de membro, e destina-se a estimular a mais ampla reação. Sublinhando de modo incisivo a necessidade de mais íntima associação entre as duas partes, o relatório indica a plena qualidade de membro do Concílio Mundial por parte da igreja católica como o modo mais realístico de considerar as várias alternativas de *reaproximação*.

Convém fazer notar aqui que a questão de ser a igreja católica membro do Concílio Mundial de Igrejas pode ser respondida depressa, pelo menos no que toca ao Concílio Mundial. Não há, com efeito, qualquer razão válida de princípio, contra tal proposição. Entretanto, se não há objeções teológicas, há problemas de suficiente importância envolvidos, de modo que uma qualidade plena de membro do Concílio Mundial de Igrejas por parte da igreja católica dificilmente poderia ser esperada em futuro imediato. Durante sua visita à sede do Concílio em Genebra em 1969, o papa Paulo VI se referiu a este acontecimento em termos muito definidos: "Com fraternal franqueza", disse ele, "não consideramos que a questão de vir a igreja católica a ser membro do Concílio Mundial de Igrejas esteja suficientemente madura de modo que se possa ou deva dar uma resposta positiva. Ela contém implicações teológicas e pastorais sérias e necessita de mais aprofundados estudos. Ela nos indica um caminho que, honestamente, reconheceremos será longo e difícil".

Quais são essas dificuldades? Algumas são claramente esboçadas no relatório do Grupo de Trabalho. Considerando que a condição de membro do Concílio Mundial de Igrejas por

parte da igreja católica possa significar um ou mais passos no sentido "daquele movimento ecumênico" de que a igreja romana pode considerar-se membro, ele suscita também uma série de questões. Alguns católicos sentem que uma ligação orgânica com o Concílio Mundial de Igrejas pode exigir — ou pelo menos ser necessário para ter significado — a renúncia de algumas doutrinas distintivas da igreja católica romana,⁴ o que encorajaria um indiferentismo doutrinário que eles têm estado a combater durante muitas gerações.

Levantam também os católicos a questão da autoridade moral do papa. Conquanto a objeção possa ser satisfatoriamente respondida ao nível do princípio, os católicos fiéis podem ser levados a crer que praticamente falando a autoridade do papa poderia ser comprometida por relacionamento muito íntimo com o Concílio.⁵ Outros, acostumados a tomar as afirmações de sua igreja ao nível do mundo em caráter particularmente obrigatório, sentem-se confusos pelo fato de que "as afirmações do Concílio Mundial de Igrejas não têm caráter jurisdicional obrigatório nem autoridade constitucional".⁶ Membros da igreja individualmente permanecem livres para endossá-las ou rejeitá-las. Manifestamente essas afirmações não se enquadram na categoria de encíclicas ou decretos conciliares. Do ponto de vista católico romano, a condição de membro por parte da igreja católica deve implicar que o estilo de declarações por parte de Comissões precisa ser mudado em mais de um sentido.⁷

Até a simples partilha de programas tem comprometimentos. Há, por exemplo, a possibilidade de que a igreja católica se encontre responsável — na mente popular pelo menos — por certas afirmações e programas que, do ponto de vista católico, não possam ser plenamente endossados. A divergência pode muito bem surgir em pontos como por exemplo o aborto, o controle de natalidade, o casamento misto, o auxílio do poder público a igrejas paroquiais. É verdade que os membros têm pleno direito de dissociar-se de afirmações do Concílio sobre itens desta espécie, mas isto não aliviaria inteiramente uma situação embaraçosa.

Tais temores são legítimos e reais do ponto de vista católico. Católicos romanos, entretanto, não estão sozinhos em levantar dúvidas quanto à participação de sua igreja no Concílio Mundial. Membros do Concílio têm eles próprios, suas dúvidas. Não é preciso ir muito longe para descobrir que entre outras coisas a igreja católica romana difere das igrejas-membro do Concílio nisto que ela é uma organização de nível mundial, ao passo que o Concílio é uma associação de igrejas de natureza quase exclusiva-

mente nacional ou de entidades regionais. Como podem essas duas estruturas ser harmonizadas? Tem-se sugerido que, se se unir ao Concílio, a igreja católica o faz "mediante aquelas unidades que são comparáveis com a grande maioria dos membros presentes do Concílio", isto é, ao nível de conferências episcopais nacionais.

Neste caso o número de membros do Concílio Mundial andaria pela casa dos noventa. Pergunta-se então como semelhante forma poderia levar em conta o relacionamento pessoal existente de modo particular entre as igrejas católicas regionais e a Sé romana. Por outro lado, quanta autonomia seria concedida a tais entidades nacionais por um Concílio Mundial cujas regras requerem que uma igreja membro em perspectiva seja autônoma, e portanto "não responsável a nenhuma outra igreja quanto à conduta de sua própria vida, incluindo-se o preparo, ordenação e manutenção do seu ministério (...), e o uso de fundo de qualquer fonte a sua disposição"?⁸

Há outros inquietantes problemas. Até que ponto, por exemplo, Roma esperará que suas doutrinas da infalibilidade papal e da jurisdição universal determinem a forma de sua associação com outras comunhões cristãs no Concílio Mundial? Seria o exercício do ministério papal nesta nova associação tornado relativo ou criaria antes a impressão de que o papa estaria falando e agindo no interesse do Concílio Mundial de Igrejas e seus membros?⁹ O próprio Paulo VI julga ser o papado "indubitavelmente o mais grave obstáculo no caminho do ecumenismo".¹⁰

O status jurídico da Santa Sé também necessita consideração. A Sé Romana tem sido reconhecida como pessoa jurídica em lei internacional. Em 1929 o Tratado de Latrão admitiu-lhe um território próprio, o Estado do Vaticano. Como pessoa jurídica ela mantém relações diplomáticas com outros Estados, podendo concluir tratados políticos. Em princípio, a posição legal da Santa Sé não representa objeção fundamental para sua condição de membro do Concílio. Mas de novo aqui vemos que Roma difere tão radicalmente de outros membros do Concílio que muitos se perguntam se a plena participação da igreja católica no Concílio Mundial de Igrejas seria uma vantagem para o futuro do corpo ecumênico. Ou estaria Roma disposta a fazer deste item um assunto de discussão ecumênica?¹¹

Supondo que a igreja católica se unisse ao Concílio Mundial de Igrejas, um delicado problema de equilíbrio de poder surgiria. Numericamente ela é muito maior do que qualquer outra igreja cristã. Com efeito, ela compreende

aproximadamente a metade de todos os cristãos. Sobre que princípio seria determinado o tamanho da representação? Se a igreja católica obtivesse a representação em votos no Concílio na proporção do seu tamanho, não seria este dominado? Dificilmente seria este um modo de propiciar genuíno diálogo e companherismo. Considerando o caso, o relatório recomendou que a representação da igreja católica e o seu poder de voto "não sejam menor do que um quinto e nem maior do que um terço do total do número de delegados" (p. 277). E se os católicos romanos contribuirão para o orçamento na proporção de seu número é outra questão paralela.

A lista de problemas aqui apresentados é muitíssimo incompleta. Outros poderiam ser adicionados. O estudo preliminar da própria Comissão ou Grupo de Trabalho não exauriu todos os aspectos da questão. Mas a despeito de todas as dificuldades, os seus membros continuam convictos de que a cooperação entre a igreja católica e o Concílio Mundial de Igrejas não deve apenas continuar, mas ser intensificada. Procurando determinar a forma aproximada que essa íntima associação deve tomar, o relatório aponta a qualidade de membro do Concílio Mundial pela igreja católica como o procedimento mais realista. As inconveniências que ora se apresentam — inclusive no que respeita ao relacionamento de colaboração agora existente, ampliando-o, ou dissolvendo o Concílio e substituindo-o por uma nova associação de igrejas estruturadas de modo diferente — parecem superar as possíveis vantagens.

A publicação do documento do Grupo de Trabalho não é o fim da sondagem, mas um importante passo num processo de cuidadosa perquirição. Tanto o Concílio Mundial de Igrejas como a igreja católica romana têm publicamente reafirmado o seu desejo de manterem-se em permanente contato e de aprofundar tanto quanto possível o seu relacionamento ecumênico. O passo seguinte, uma afirmação de reservas ou uma solicitação formal para a qualidade de membro, está agora com a igreja católica romana.

1. George Tavad, *The Catholic Approach to Protestantism*, (Nova Iorque, Harper), p. 107.

2. "The Ecumenical Review", XXIV, 3, julho, 1972, pp. 247-288.

3. Relatório sobre possível adesão da igreja católica ao Concílio Mundial de Igrejas, pelo Grupo de Estudo e Relacionamento do Concílio.

4. "Patterns", pp. 264, 283.

5. *Id.*, p. 265.

6. " " p. 257.

7. " " pp. 284, 285.

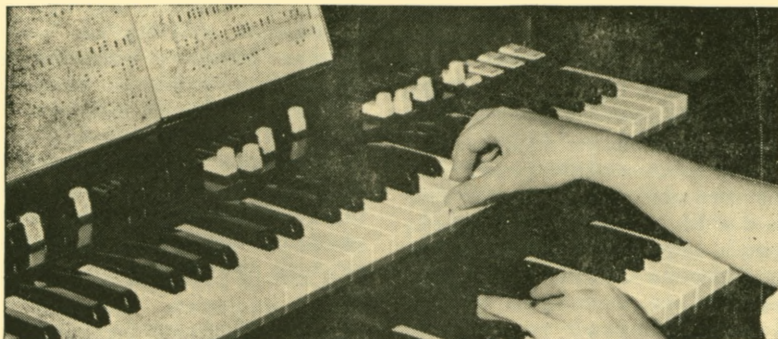
8. " " p. 273.

9. " " pp. 285, 286.

10. SPCU *Information Service*, N.º 2 (1967), p. 4.

11. "Patterns", pp. 286, 287.

Nota: Votos tomados pelo Concílio Anual da Associação Geral e aprovados pela Comissão Anual da Divisão Sul-Americana em 5 de junho de 1973.



Os Adventistas e a Música

VOTADO que sejam adotadas as seguintes normas quanto à música:

A Igreja Adventista do Sétimo Dia surgiu como cumprimento da profecia, com o propósito de ser um instrumento divino em proclamar ao mundo as boas-novas de salvação pela fé no sacrifício expiatório do Filho de Deus e pela obediência aos Seus mandamentos como preparação para a segunda vinda de Jesus. A vida dos que aceitam esta responsabilidade deve ser tão distinta quanto a sua mensagem. Isto requer, da parte de cada membro, uma entrega completa a estes ideais e objetivos da Igreja. Tal dedicação afetará todos os departamentos da igreja, e certamente influirá na música usada pela Igreja no cumprimento da missão que Deus lhe indicou.

A música é um dos maiores dons que Deus concedeu ao homem, e constitui um dos mais importantes elementos de um programa espiritual. É uma via de comunicação com Deus, e "um dos meios mais eficazes para impressionar o coração com as verdades espirituais". — *Ed.*, p. 167. Tratando-se de assuntos de importância eterna, é essencial que com toda a clareza se mantenha o conceito do tremendo poder da música. Ela tem poder para elevar ou degradar; pode ser usada a serviço do bem ou do mal. "Tem poder para subjugar as naturezas rudes

e incultas; poder para suscitar pensamentos e despertar simpatia, para promover a harmonia de ação e banir a tristeza e os maus pressentimentos, os quais, destroem o ânimo e debilitam o esforço". — *Id.*, p. 167.

Portanto, os que selecionam a música para cumprir os diversos propósitos da Igreja, deverão, em relação com a sua escolha e uso, exercer um elevado grau de discernimento. Em seus esforços por alcançar estes ideais, necessitamos algo mais do que visão humana. A revelação nos proporciona como guia os seguintes princípios gerais:

A Música Deveria

1. Glorificar a Deus e ajudar-nos a render-Lhe um culto aceitável. (I Cor. 10:31)
2. Enobrecer, elevar e purificar os pensamentos do cristão. (Filip. 4:8; *PP.*, p. 637)
3. Influenciar positivamente o cristão, para em sua vida e na de outros desenvolver o caráter de Cristo. (*MS 57*, 1906)
4. Possuir uma letra cujos dizeres estejam em harmonia com os ensinamentos escriturísticos da Igreja. (*RH*, 6 de junho de 1912)
5. Revelar compatibilidade entre a mensagem expressa pelas palavras e a música, evitando misturar o sagrado com o profano.

6. Evitar suntuosas apresentações teatrais. (Ev., pp. 137, 138)

7. Dar preeminência à mensagem do texto que não deve ser ofuscada pelos elementos musicais acompanhantes. (OE, pp. 357, 358)

8. Manter um judicioso equilíbrio entre os elementos emocionais, intelectuais e espirituais. (RH, 14 de novembro de 1899)

9. Jamais comprometer os elevados princípios da dignidade e da excelência nos esforços por alcançar as pessoas ao nível em que se encontram. (9T, p. 143; Ev., p. 137)

10. Ser apropriada para a ocasião, o ambiente e a audiência à qual se destina. (Ev., p. 507, 508)

Há muito de espiritualmente edificante e religiosamente válido na música das diversas culturas e grupos étnicos; não obstante, o gosto e os hábitos musicais de todos deveriam estar em harmonia com o valor universal de um caráter semelhante ao de Cristo, e todos deveriam lutar pela união no espírito e propósito da mensagem, que requer mais unidade do que uniformidade. Muito cuidado deverá ser exercido para evitar os valores profanos em questão de música, os quais falham em expressar os elevados ideais da fé cristã.

Os princípios acima esboçados servirão de diretrizes eficazes para a seleção ou interpretação da música que há de satisfazer as variadas necessidades da Igreja. Determinadas composições musicais, como por exemplo o "jazz", o "rock" e suas misturas afins deverão ser consideradas pela Igreja como incompatíveis com estes princípios. Pessoas responsáveis envolvidas no planejamento das atividades musicais da igreja, sejam elas líderes, músicos ou cantores, não terão dificuldade alguma em aplicar estes princípios em determinadas áreas. Não obstante, outras áreas são muito mais complexas, e necessita-se de uma discussão mais detalhada dos fatores envolvidos.

I. MÚSICA PARA A IGREJA

A Música no Culto de Adoração

A adoração deveria constituir-se na atividade primordial e perene do ser humano. O mais elevado propósito do homem é glorificar a Deus. Quando o adorador chega à casa de Deus para render-Lhe um sacrifício de louvor, deve fazê-lo com a melhor música possível. Torna-se essencial um cuidadoso planejamento de qualquer elemento musical do culto, a fim de que os membros da congregação não sejam apenas espectadores, mas sim participantes.

Os hinos usados no culto deverão ser louvores dirigidos a Deus. Deverão ser cantados os grandes hinos da tradição cristã. Devem eles ser melodiosos e fáceis de cantar, e com letra

adequada. O pastor deveria manifestar vivo interesse em melhorar a qualidade e o fervor do canto congregacional. "Raras vezes, porém, deve o cântico ser entoado por uns poucos". — Csa., p. 481. A experiência cristã será imensamente enriquecida pelo aprendizado e uso de hinos novos.

Se existir um coro, hinos expressivos de grandes compositores do passado e do presente poderão ser cantados por consagrados e bem-preparados cantores, o que conferirá mais solenidade ao culto e ajudará a elevar a qualidade da adoração.

A música instrumental, incluindo a de órgão e piano, deve harmonizar-se com os elevados ideais do culto. Os números que se interpretam deverão ser escolhidos dentre as melhores composições, sempre tendo em conta a habilidade e os conhecimentos do executante. A pessoa que acompanha o canto congregacional tem uma responsabilidade especialmente grande no sentido de observar normas corretas em todas as suas interpretações, sejam prelúdios, poslúdios, ou tocando enquanto se recolhe a oferta, ou acompanhando hinos. Sua posição a capacita de maneira especial para elevar as normas do culto na igreja. Se no transcurso do culto forem apresentados solos ou outros números musicais, preferência deveria ser dada a cânticos cuja letra tenha base bíblica. Estes solos deverão estar ao alcance da capacidade do intérprete e apresentados ao Senhor sem exibição de recursos técnicos. O primordial deve ser a comunicação da mensagem.

A Música no Lar

1. A educação musical deve começar quando a criança é ainda pequena, mediante:

a) O aprendizado dos grandes hinos e cânticos sacros no agradável ambiente do culto familiar.

b) A formação de hábitos corretos mediante a audição musical cuidadosamente selecionada e tocada em qualquer equipamento de reprodução sonora existente em casa.

c) O assistir com a família a concertos musicais que se harmonizem com as normas esboçadas neste documento.

d) Um adequado exemplo e influência dos pais.

2. O canto familiar e a formação de um conjunto musical integrado pelos membros da família deveria ser encorajado.

3. Deveria estimular-se a experiência na composição da poesia e música.

4. Deveria estabelecer-se uma discoteca familiar bem selecionada.

5. Deve-se reconhecer que Satanás está empenhado em conquistar a mente, e que em forma imperceptível podem efetuar-se mudanças de mentalidade que poderiam alterar as percepções e os valores tanto para o bem como para o mal. Portanto, extremo cuidado deverá ser exercido quanto à seleção de programas de rádio e televisão, evitando-se especialmente tudo quanto é vulgar, barato, imoral, teatral e identificável com tendências anticulturais.

A Música na Escola

1. Ao serem preparadas as partes musicais para os programas religiosos, deveriam os administradores e professores dos educandários trabalhar com os estudantes de um modo tal que as normas quanto à música da Igreja sejam mantidas em um elevado nível.

2. Os grupos de estudantes que saem dos colégios para dar testemunho de sua fé e cantar música folclórica, deveriam ser aconselhados e dirigidos pelos seus professores de música, ou outras pessoas indicadas pela administração.

3. Os professores de música, tanto nos colégios como nas aulas particulares, deverão esforçar-se para ensinar literatura musical adequada para o uso em conexão com as atividades da igreja e a conquista de almas.

4. As igrejas e os campos deveriam fazer esforços tendo em vista a elevação musical das nossas igrejas. O pessoal especializado dos nossos colégios deveria cooperar na apresentação de atividades e cursos de capacitação musical, a fim de promover os altos ideais da música sacra.

5. Os programas musicais a serem apresentados em educandários adventistas do sétimo dia devem estar de acordo com os princípios da Igreja. Isto se aplica aos intérpretes locais, aos artistas visitantes, aos conjuntos e à música nos filmes apresentados.

II. MÚSICA SECULAR

A música "corretamente empregada, ... é um dom precioso de Deus, destinado a erguer os pensamentos a coisas altas e nobres, e inspirar e elevar a alma". — *Ed.*, p. 166.

O estilo de vida dos adventistas do sétimo dia demanda que o cristão exercite um elevado grau de discernimento e responsabilidade individual na seleção da música secular para uso pessoal, ou para apresentação pública. Toda esta música deverá ser avaliada à luz das instruções dadas em Filipenses 4:8. "Quanto ao mais, irmãos, tudo o que é verdadeiro, tudo o que é honesto, tudo o que é justo, tudo o que é puro, tudo o que é amável, tudo o que é de boa fama, se

há alguma virtude, e se há algum louvor, nisso pensai". Também devemos ter em mente os conselhos dados por Ellen G. White, em 1T, p. 497:

"Foi-me mostrado que os jovens devem assumir uma posição mais elevada e fazer da Palavra de Deus o seu conselho e guia. Responsabilidades solenes repousam sobre os jovens, as quais eles consideram irrefletidamente. A introdução da música no lar, em vez de induzir à santidade e espiritualidade, tem servido de meio para desviar a mente da verdade. As canções frívolas e a música popular de hoje em dia parecem estar de acordo com o seu gosto. Os instrumentos de música absorveram o tempo que deveria ter sido dedicado à oração. A música, devidamente usada, é uma grande bênção; porém, quando mal empregada, é uma terrível maldição".

Um cristão não entoará canções incompatíveis com os ideais da verdade, honestidade e pureza. Evitará tudo quanto dê a impressão de que o mal é desejável e que o bem seja de pouca importância. Procurará evitar composições com frases banais, pobres, sem sentido, sentimentais ou frívolas, que desviam o coração dos conselhos e ensinamentos encontrados na Escritura e no Espírito de Profecia.

Considerará o "jazz", os "blues", o "rock" e outras músicas com estilos similares como obstáculos ao desenvolvimento de um caráter cristão, pois abrem a mente a pensamentos impuros e conduzem a uma conduta pecaminosa. Tal música tem uma relação íntima com o comportamento permissivo da sociedade contemporânea. Esta distorção do ritmo, da melodia e da harmonia, própria destes tipos de música, e sua excessiva amplificação entorpecem a sensibilidade e destroem a apreciação pelo que é bom e santo.

Cuidado deverá ser exercido ao se usar uma música secular com letra sacra, para que a conotação profana da música não oblitere a mensagem do texto. Um cristão judicioso aplicará a toda música que seleciona, tanto para ouvir como para executar, os princípios apresentados nesta filosofia da música.

O verdadeiro cristão tem a possibilidade de dar testemunho de sua fé mediante a música secular usada em ocasiões sociais. Por meio de diligente e cuidadosa seleção buscará esse tipo de música compatível com as suas necessidades sociais e os seus princípios cristãos.

"Deve haver uma viva ligação com Deus em oração, uma viva ligação com Deus em cânticos de louvor e ações de graças". — *Carta* 96, 1898. — *Ev.*, p. 498.

OS ADVENTISTAS DO SÉTIMO DIA RESPONDEM A PERGUNTAS SOBRE DOCTRINA



(Continuação de “Rico e Lázaro”)

2. NARRATIVA — PARÁBOLA LITERAL, OU ALEGORIA? — A parábola era um método comumente empregado por Cristo para ensinar a verdade. E as leis, ou princípios que regiam as parábolas, nos dias de Cristo, eram suficiente salvaguarda contra a má compreensão. Esta parábola do rico e Lázaro, única no gênero no Novo Testamento, tem no Antigo Testamento um paralelo aproximado, nas imagens parabólicas de Isa. 14:9-11, que representam reis mortos, ressurgindo da sepultura e assentando-se em tronos no *sheol* (equivalente ao grego *hades*), a conversar animadamente sobre o poderoso conquistador babilônio que os entregara à morte, e que agora fora vencido pela morte e surge para subir ao trono entre eles, nas regiões inferiores.

O inferno [a sepultura] desde o profundo se turbou por ti, para te sair ao encontro na tua vinda; despertou por ti os mortos, e todos os príncipes da terra, e fez levantar dos seus tronos a todos os reis das nações. Estes todos responderão, e te dirão: Tu também adocestes como nós, e foste semelhante a nós. Já foi derribada no inferno a tua soberba, com o som dos teus alaúdes; os bichinhos debaixo de ti se estenderão, e os bichos te cobrirão.

A estória parabólica de Jotão, sobre as árvores, a videira e o espinheiro, a empenhar-se numa discussão política, é outro paralelo no Testamento Antigo. O episódio não ocorreu na realidade. Isto, porém, de modo algum atenua a verdade expressa na forma de parábola.

Esta parábola descreve objetos inanimados personificados, mesmo dotados de vida e do dom da fala. Em Juízes 9:8-15 lemos: “Foram

uma vez as árvores a ungir para si um rei; e disseram...” Não há quem não reconheça isto como linguagem notadamente figurada. As parábolas assemelham-se às vezes a fábulas, ou narrativas fictícias. Em nosso conceito da morte, homens falecidos a entreter conversa são o mesmo que árvores em diálogo político. Numa parábola, pois, muitas vezes se entretece substancialmente a verdade, na estrutura da ficção circunstancial.

Nesta parábola de S. Luc. 16, *hades* é figuradamente apresentado como um lugar de vida, de memória e dom da fala. E os mortos, no *hades*, são representados como vivos, fazendo advertências aos vivos. É uma estória curiosa, mas é claro que é de sentido figurado. Aí os mortos falam e agem, o que numa parábola é permissível, pois nela todas as incongruências de tempo, lugar, distância, etc., desaparecem. Nesta alegoria, todas as referências ao abismo, à chama e aos mortos a falar, são compreensíveis, pois a narrativa é contada para transmitir uma verdade moral. Este é o ponto focal e o propósito da narrativa, embora os mortos não sejam seres conscientemente vivos, nem lhes sejam dadas as recompensas nem aplicado o castigo.

3. NÃO PODE SER LITERAL E FIGURADA AO MESMO TEMPO. — Admitem todos que a estória tem de ser fato literal, real acontecimento, ou é simples parábola. Não pode ser ambas as coisas. Se literal, tem de ser verdadeira e coerente em todos os pormenores. Se, porém, é parábola, então só poderemos nela buscar a verdade moral que quer transmitir. E a estória seria então sujeita às reconhecidas leis

e limitações de uma parábola. Assim, tudo é compreensível. Como vemos, é nitidamente incoerente a aplicação literal, e baqueia ao peso de seu próprio absurdo. Cristo não está aqui revelando pormenores da vida além-túmulo. Antes, emprega uma impressionante estória daqueles tempos para advertir e reprovar os que recusavam aceitar Seus ensinamentos quanto ao reto uso das riquezas.

Os defensores do literalismo supõem que o rico e Lázaro estejam em estado desincorporado, isto é, destituídos de corpo. E no entanto o rico é representado como tendo "olhos" que vêem, "língua" que fala, e procurando um refrigerante alívio do "dedo" de Lázaro — tudo verdadeiras partes do corpo. São assim apresentados como recebendo sua recompensa corporeamente, malgrado o fato de que o corpo do rico estivesse devidamente sepultado. Os que afirmam que, por esta parábola, Cristo apoiava o que cremos ser um conceito pagão da morte, têm também de sustentar que Ele tivesse justificado os esquemas pouco honestos do mordomo infiel. Isto, porém, ninguém tentaria fazer.

Quanto ao "seio de Abraão" e suas implicações, o Dr. Charles L. Ives, antigo professor de medicina em Yale (*The Bible Doctrine of the Soul*, 1877 pp. 54 e 55), acertadamente observa:

Não é coerente dizer, como se tem feito, que o seio de Abraão é expressão figurada que representa a mais alta felicidade celestial; pois o próprio Abraão em pessoa aparece em cena. E se ele próprio está presente em sentido literal, não é lá muito correto servir-se de seu seio, ao mesmo tempo, em sentido figurado! Se o seu seio se deve tomar em sentido figurado, então o próprio Abraão, bem como a narrativa toda, tem sentido figurado.

Todas as tentativas de harmonizar o literal e o figurado são igualmente vãos. Cremos, com Bloomfield (*Greek Testament*): "Os melhores comentadores, tanto antigos como modernos, com razão consideram-no uma parábola. — Sobre S. Lucas 16:19. Constable chama-lhe o "conceito geral da cristandade". O fraseado introdutório e toda a forma e construção correspondem exatamente a outras parábolas de Cristo, tais como as do mordomo infiel e do filho pródigo (S. Luc. 15:11; 16:1), que precedem e seguem imediatamente a parábola do rico e Lázaro. Para sustentar o contrário seria preciso apresentar provas.

4. UMA PARÁBOLA NÃO É BASE PARA UMA DOCTRINA. — A absurdidade da alegação popular torna-se tanto mais aparente quanto mais se observam as implicações. Dar a esta alegoria sentido literal, em vez de alegórico, colocaria, como já foi observado, Céu e inferno à distância de diálogo e de visibilidade mútua, o que é incoerente. Santos e pe-

cadores mantendo conversa eternamente! É inevitável a questão resultante: Não de todos os que morrem em Cristo, ver e conversar, através do abismo que os separa, no decorrer de toda a eternidade, com os seus queridos, que morreram separados de Cristo?

Se se considera a narrativa como simples parábola, mas empregada para sustentar o conceito do tormento consciente dos ímpios, defrontamo-nos então com o princípio universalmente aceito de que não se pode basear uma doutrina apenas sobre uma parábola ou alegoria, especialmente se isso contradiz o claro ensinamento da Escritura. Tentar isso fazer envolveria a pessoa que o fizessem em absurdo e contradição. Repetimos que esse discurso parabólico do Senhor não se destinava a ensinar quais as condições do outro lado da morte, ou do mundo invisível, no estado intermediário, mas sim a transmitir grandes lições morais. Edersheim (*Life and Times of Jesus the Messiah*) com razão diz que não se pode derivar desta parábola uma doutrina acerca do outro mundo, ou do caráter e duração da punição futura, ou do progresso moral dos que se encontram na geena.* Usá-la como prova de que os homens recebem sua recompensa por ocasião da morte é contradizer flagrantemente ao próprio Cristo, que afirma explicitamente que justos e ímpios recebem sua recompensa "quando o Filho do homem vier em Sua glória" (ver S. Mat. 25:31-41).

Se os mortos realmente entretêm conversa entre si, então a parábola contradiz as mais claras afirmativas da Escritura: "Sai-lhes o espírito, e eles tornam-se em sua terra; naquele mesmo dia perecem os seus pensamentos" (Sal. 146:4); "os mortos não louvam ao Senhor, nem os que descem ao silêncio" (Sal. 115:17).

* E o Dr. William Smith (*Dictionary of the Bible*, vol. 2, p. 1038), insiste: "É impossível basear a prova de uma importante doutrina teológica sobre uma passagem que é confessadamente abundante em metáforas judaicas".

O próprio Abraão morrera e seus filhos foram com ele enterrados (Gên. 25:8 e 9). Nem há registro algum de sua ressurreição. Segundo o registro bíblico (Heb. 11) ele, semelhantemente aos outros patriarcas, aguarda aquela ressurreição "melhor", por ocasião da segunda vinda de Cristo.

Assim, a alegação de que a recompensa é recebida por ocasião da morte: 1) Anula o julgamento, antecipando seu tempo predito; 2) contradiz completamente o que cremos ser claro testemunho da Escritura, de que os mortos dormem; 3) representa espíritos desencorporados possuindo membros do corpo; e 4) põe os espíritos plenamente visíveis um ao outro.

5. IRRESTRITO LITERALISMO EM

CONFLITO COM A VERDADE BÍBLICA. — Se é literal a narrativa, então o mendigo recebe sua recompensa, e o rico sua punição, imediatamente após a morte e *antes do dia do juízo*. Mas isto, também, está em direto conflito com a declaração de Paulo, de que Deus “tem determinado um dia em que com justiça há de julgar o mundo” (Atos 17:31). Esse dia, compreendemos, será aquele em que “o Filho do homem vier em Sua glória, (...) e todas as nações serão reunidas diante dEle, e apartará uns dos outros” (S. Mat. 25:31 e 32). A interpretação literal conflita também com a promessa de Cristo: “Eis que cedo venho, e o Meu galardão está comigo, para dar a cada um segundo a sua obra” (Apoc. 22:12); e com a promessa do galardão, em S. Luc. 14: 14: “Recompensado te será na ressurreição dos justos”. Compare-se também a declaração de Paulo: “A coroa da justiça me está guardada, a qual o Senhor, (...) me dará naquele dia” (II Tim. 4:8) — o dia do Seu aparecimento.

Esta declaração está em harmonia com Mal. 4:1-3, que diz que “aquele dia vem” — acontecimento *futuro* — em que os ímpios hão de sofrer o tormento do fogo consumidor. Parece-nos claro que o Antigo Testamento, ou “Moisés e todos os profetas”, se unem harmonizados no mesmo testemunho de que os mortos, tanto os justos como os injustos, jazem silenciosos e inconscientes na morte, até ao dia da ressurreição. (Ver Jó 14:12-15, 20 e 21; 17:13; 19:25 e 27; Sal. 115:17).

Jesus referiu-Se freqüentemente ao destino dos ímpios. Mencionou o “inferno” (S. Mat. 10:28), mencionou o “fogo do inferno” (S. Mat. 5:22), chamou atenção para a “condenação do inferno” (S. Mat. 23:33), mencionou a “ressurreição da condenação” (S. João 5:29) e o “eterno juízo” (S. Mar. 3:29). O Salvador referiu-Se também ao lar eterno dos justos. Chamou-lhe “paraíso” (S. Luc. 23:43), e “reino de Meu Pai” (S. Mat. 26:29). Ordenou aos Seus seguidores que acumulassem tesouro no Céu (S. Mat. 6:20), e declarou que, quando vier pela segunda vez, levará Seus filhos para a “casa de Meu Pai” (S. João 14:2).

6. NÃO IMPLICA O ESTADO CONSCIENTE DOS MORTOS. — Segundo a parábola, o rico ergue os olhos, “stando em tormentos” “nesta chama”. Mas, segundo as Escrituras, esse tormento não precede o segundo advento (II Tess. 1:7 e 8). *Geena* é o termo grego usado em geral ao descrever os fogos da destruição. Mas nesta narrativa do rico, a palavra, “inferno” é traduzida de *hades*, e a sepultura não encerra semelhante fogo. Para todos os judeus, todos os mortos estavam no

hades, a sepultura, morada dos mortos.

Assim, ao nosso ver, a estória do rico e Lázaro de modo algum prova o estado consciente dos mortos, e o tormento presente e eterno dos ímpios. Tal conclusão é, cremos nós, inteiramente sem justificativa, e contradiz o claro e singelo ensino da Palavra. A morte é apresentada na Escritura como um estado de silêncio, trevas e inconsciência (Sal. 6:5; 115:17; Isa. 38:18).

Nem Lázaro, nem o rico já receberam sua recompensa. Estão silenciosos, na morte, aguardando a voz que chamará “todos os que estão nos sepulcros” (S. João 5:28). São reservados para o dia do juízo (II S. Ped. 2:4 e 9; comparar com Jó 21:30).

Nesta alegoria, os mortos, inconscientes, são ficticiamente representados como mantendo conversa, *mas sem que isto implique o real estado de consciência dos mortos* — exatamente como, no Antigo Testamento, na parábola das árvores, estas são parabolicamente apresentadas como entretendo conversa, e unguindo sobre elas um rei. Ninguém, entretanto, afirmaria ser isto uma prova de que árvores falem e tenham rei (Juí. 9:8-15; comparar com II Reis 14:9).

O grande abismo (no grego *chasma*, fenda profunda, brecha), bastante estreito para permitir conversa através dele, mas profundo bastante para impedir a travessia — torna-se incompreensível na hipótese de seres imateriais. Indica, antes, a irrevogável divisão que a morte determina entre os bons e os maus, no fim de seu tempo de graça terrestre. Cada qual terá que permanecer na classe em que a morte o encontre, até ao grande julgamento. Hoje pode-se passar do estado de condenado (S. João 3:18) para o de perdoado. Mas quando vier a morte, será para sempre demasiado tarde. O abismo “está posto”.

7. ÓBVIO PROPÓSITO DA PARÁBOLA. — A parábola usa-se para o fim de influenciar os vivos, e adapta-se à ocasião. Mas a ocasião determinada por Deus, de graça para o homem, é *antes* da morte e ressurreição. A retribuição vem *depois* da ressurreição. A vida após a morte é sempre subseqüente à ressurreição. Demais, quando o rico rogou a Abraão que Lázaro fosse mandado advertir seus parentes acerca dos terrores do inferno, a fim de que não fossem ter ao mesmo lugar de tormento, a resposta é explícita: “Têm Moisés e os profetas; ouçam-nos” (S. Luc. 16:29). E se não os ouvirem, diz Cristo claramente, não se convenceriam, “ainda que algum dos mortos ressuscite” (v. 31).

8. TEMOS, POIS, DE CONCLUIR:

a. Que o diálogo, em sua personificação parabólica, foi inteiramente imaginário. E cremos,

não meramente que não tenha acontecido, mas que nunca poderia acontecer entre os salvos e os perdidos.

b. Que a ocasião também é fictícia. Não só é inventado o diálogo, mas também a ocasião é antecipada. (Os homens não serão recompensados, ou receberão o castigo, antes da ressurreição, mas aqui são representados alegoricamente como estando antes da ressurreição).

c. Que é o único lugar, na Escritura, em que o *hades* é representado como lugar de tormento. Este é geralmente reservado para a *geena*. Mas Cristo, por causa da finalidade da parábola, e servindo-Se de conceitos correntes, antecipa o acontecimento, descrevendo o rico e Lázaro como vivendo no *hades* antes da ressurreição, justamente como Isaías faz ressurgir os seus reis mortos no *hades*, para pronunciar uma censura a Babilônia.

De acordo com os ensinamentos de Jesus em outras parábolas, a recompensa será por ocasião da ressurreição dos justos — o “tempo da ceifa” e do “fim do mundo”, quando o povo de Deus é reunido em Seu celeiro e os ímpios, como joio, são amarrados em feixes para serem queimados (S. Mat. 13:30 e 49; S. Luc. 14:14).

Tais entendemos serem o intento e as limitações desta parábola.

III. CONCEITO ATUAL DOS JUDEUS, QUANTO AO “SEIO DE ABRAÃO”

É evidente, dos escritos judaicos, que os fariseus e vários outros, nos dias de Cristo, criam no estado consciente do homem após a morte. Seu conceito de *hades* modificou-se muito, depois dos dias dos patriarcas e do final do cânon do Antigo Testamento. E nos tempos de Jesus criam de modo muito semelhante aos gregos e outros povos circundantes.

A parábola em tela faz referência ao “seio de Abraão” (S. Luc. 16:22) — expressão encontrada em nenhum outro lugar da Escritura. No que concerne a Bíblia, não existe coisa nenhuma que indique onde seja esse “seio de Abraão”, ou o que signifique ele.

Vemos, entretanto, que a expressão aparece na literatura extra-bíblica, e que era evidentemente um conceito corrente, ou tradição, do povo judeu. Josefo, em “Discurso Acerca do Hades”, afirma que eles chamam “seio de Abraão” ao lugar de felicidade para o qual vão os justos ao morrer. O Talmude a ele se refere como “regaço de Abraão” (*Kiddushin* 72b). Era evidentemente a crença comum de muitos, nos dias de Jesus.

Com efeito, a descrição do *hades*, dada por Josefo, assemelha-se muito à narrativa do rico e Lázaro. (A declaração acha-se citada integralmente adiante). Ali lemos do grande abismo posto, da câmara dos justos ao alcance da vista

e do ouvido, onde são atormentados os ímpios, e de outros pormenores aos quais se refere a história tal como Jesus a narrou. Esses conceitos aparecem não só nos escritos de Josefo, mas também em outros escritos da literatura judaica. Assim é que se lê acerca do *hades*: (1) que o *hades* se compunha de duas câmaras (II Esdras 4:41); (2) que uma dessas câmaras se destinava aos justos, e a outra aos ímpios (*Midrash*, sobre Rute 1:1); (3) que os justos habitam numa câmara (*Wisdom of Solomon* 3:1); os ímpios na outra, onde são amaldiçoados, flagelados e atormentados (*Enoque* 22:9-13); Talmude *Erubin* 19a); que os habitantes de uma das câmaras são visíveis aos habitantes da outra câmara, podendo falar uns com os outros (*Midrash*, sobre Ecl. 7:14); que os justos são acolhidos no *hades* por grupos de anjos (Talmude *Kethuboth* 104a; IV Esdras 7:85-87, 91-95); (6) que os justos são acolhidos no *hades* por Abraão, Isaque e Jacó (IV Macabeus 13:17) e (7) que os justos, como parte de sua recompensa, assentam-se no “seio de Abraão” (Talmude *Kiddushin* 72b). E Josefo dá o testemunho seguinte:

Crêem eles também que as almas têm um vigor imortal, e que debaixo da terra haverá a recompensa ou o castigo, dependendo de haverem vivido virtuosamente ou viciadamente nesta vida; e os últimos serão detidos em prisão eterna, mas que os primeiros terão poder para reviver e prosseguir vivos. — *Antiguidades* XVIII, 1. 3.

Tal era a moldura dos conceitos correntes, ou tradições, acerca do *hades* como habitação dos mortos, nos tempos aos quais Se referiu Jesus na parábola. ¶

IV. ÓBVIAS LIÇÕES DA PARÁBOLA

Importantes lições são ensinadas nesta parábola: (1) que as bênçãos terrenas, na melhor das hipóteses, são incertas e transitórias; (2) que os ricos são responsáveis, não só quanto ao que fazem mas também quanto ao que não fazem com sua fortuna; (3) que a vida presente é a única oportunidade que nos é concedida para fazer o preparo para o futuro; (4) que a egoísta desumanidade e o abuso das riquezas, desqualificam a pessoa para a posse de um lugar no eterno reino de Deus; (5) que os claros ensinamentos das Escrituras são suficientes para nos tornar sábios para a salvação.

O rico não foi separado de Abraão por motivo de suas riquezas, pois o próprio Abraão era homem abastado, mas sim porque ele menosprezara os ensinamentos fundamentais da lei e dos profetas, que são amor a Deus e amor aos homens. Jesus disse que destes dois dependem toda a lei e os profetas (S. Mat. 22:40).

Por esta série de parábolas Jesus desmascarou

a filosofia dos fariseus e revelou o completo desvalor de alguns de seus ensinamentos. Estavam condenados diante do trono do juízo do Eterno. Nas próprias Escrituras que eles professavam ensinar — Moisés e os profetas — era apresentado testemunho contra as coisas que praticavam. “Se a vossa justiça não exceder a dos escribas e fariseus, de modo nenhum entrareis no reino dos Céus”, declarou Jesus (S. Mat. 5:20). Seu reino é um reino de comunhão de uns com os outros, onde sobejam amor e alegria. Quando ingressamos naquele reino, tornamo-nos filhos de Deus e membros uns dos outros. É uma relação de família, onde todos são iguais e o amor é o laço que os une. Esses princípios básicos do reino, os fariseus deixaram de compreender.

A parábola também inculca a verdade de que, conquanto a vida eterna ou a eterna morte seja uma alternativa apresentada a cada um de nós, todavia nesta vida revelamos nossa qualificação para essa vida por vir. O rico não foi condenado por causa de suas riquezas, mas por causa de seu egoísmo; nem foi o mendigo salvo por motivo de sua pobreza, nem mesmo por seus sofrimentos terrestres. Nosso Senhor não pretendia condenar a abundância, mas sim o seu abuso; tampouco exaltava a pobreza como virtude. Confundia os fariseus usando os próprios ensinamentos deles, impedindo-os assim de, por assim dizer, lançar areia nos olhos da multidão.

Esta parábola, estruturada como se acha na forma de um *argumentum ad hominem*, baseia-se, como dissemos, nos próprios conceitos farisaicos do estado do homem na morte. Sobre o assunto observa Ellen G. White:

Nesta parábola Cristo se acercava do povo no seu próprio terreno. A doutrina de um estado consciente de existência entre a morte e a ressurreição era mantida por muitos dos que ouviam as palavras de Cristo. O Salvador lhes conhecia as idéias e compôs Sua parábola de modo a inculcar verdades importantes em lugar dessas opiniões preconcebidas. Apresentou aos ouvintes um espelho em que se pudessem ver em sua verdadeira relação para com Deus. Usou a opinião predominante para exprimir a idéia de que desejava todos ficassem imbuídos, isto é, que nenhum homem é apreciado por suas posses; porque tudo que lhe pertence é unicamente emprestado por Deus. O mau emprego destas dâdivas colocá-lo-á abaixo dos mais pobres e afligidos que amam a Deus, e nEle confiam. — *Parábolas de Jesus*, p. 564.

Foi, pois, apresentada àquele grupo de críticos, não para justificar seus erros, mas para ilustrar, mediante seus próprios ensinamentos, a insustentabilidade de sua posição. Nossa entrada no reino de Deus é por graça, e graça unicamente; mas uma vez no reino, cumpre-nos viver como cidadãos do reino, de acordo com os princípios desse reino, como os revela a Escritura. Se os homens voltarem costas a essa clara revelação de Deus em Sua Palavra, não creriam mesmo que alguém ressuscitasse dos mortos.

Um acontecimento sobrenatural, ou mesmo um acúmulo de semelhantes acontecimentos, não bastará para convencer os que rejeitam a Palavra de Deus.

Nesta parábola Jesus revelava aos Seus ouvintes (alguns dos quais eram coletores de impostos e pecadores notáveis), não só que a filosofia dos fariseus era incorreta, mas que podia com justiça ser condenada mesmo com base em sua própria literatura.

NOTA ADICIONAL

Os períodos abaixo são extraídos da obra de Josefo: “Discurso aos Gregos Acerca do Hades”:

1. (...) O hades é um lugar, no mundo, inacabado ainda; uma região *subterrânea*, onde não brilha a luz deste mundo; e por causa desta circunstância de não brilhar a luz nessa região, não pode deixar de prevalecer nela uma *treva* perpétua. Essa região é designada como lugar de custódia para as almas, onde lhes são designados anjos para os guardarem, os quais lhes ministram *punições temporárias*, adequadas ao comportamento e maneiras de cada qual.

2. Nessa região separou-se determinada porção, para um *lago de fogo inextinguível*, onde supomos ninguém foi ainda lançado; mas é preparado para um dia predeterminedo por Deus, quando uma sentença justa será merecidamente lavrada contra todos os homens; quando os injustos, e os que foram desobedientes a Deus, e prestaram honra aos ídolos, vão produtos das mãos dos homens, como se fossem o próprio Deus, serão entregues a essa *punição eterna*, pois que foram causa de corrupção; enquanto isso os justos obterão um *reino incorruptível* e imarcessível. Estes são agora de fato confinados ao Hades, mas não no mesmo lugar em que se acham os injustos.

3. Pois há uma descida para essa região, a cuja *cancela* (...) quando por ela passarem os que são conduzidos pelos anjos encarregados das almas, eles não vão pelo mesmo caminho; mas os justos são guiados para o *lado direito*, ao som de hinos cantados pelos anjos escalados para aquele lugar, para uma região de luz, na qual os justos habitaram desde o princípio do mundo; não constrangidos por necessidades, mas sempre fruindo as perspectivas das boas coisas que vêem, e regozijando-se na expectativa daquelas novas fruições que serão peculiares a cada um deles, e estimando essas coisas superiores às que temos aqui; com quem não há lugar de labuta, nem calor abrasador, nem penetrante frio, nem existem ali espinhos; mas o semblante dos pais, e dos justos, que eles vêem, sempre lhes sorrí, enquanto aguardam aquele repouso e *vida nova e eterna no Céu*, que deve suceder a essa região. A esse lugar chamamos *O Seio de Abraão*.

4. Mas quanto aos injustos, são eles arrastados violentamente para o *lado esquerdo* pelos anjos incumbidos da punição, não mais indo por livre vontade, mas como prisioneiros tangidos com violência; aos quais são enviados os anjos destinados sobre eles, para repreendê-los e ameaçá-los com seus terríveis olhares, e para lançá-los mais para baixo. Ora, os anjos que são postos sobre essas almas arrastam-nas para as próprias vizinhanças do inferno; e, nesta ação severa, ouvem continuamente o seu ruído, não se livrando eles próprios do quentíssimo vapor; mas quando têm mais de perto uma visão do espetáculo, de terrível e grandíssima perspectiva de fogo, eles são feridos de uma horrível expectação de um juízo futuro, sendo por esse meio punidos; e não só assim, mas onde vêem o lugar [ou coro] dos pais e dos justos, mesmo por esse fato são punidos; pois foi posto entre eles um *caos* profundo e largo; tanto assim que um homem justo que tenha compaixão deles não pode ser admitido, nem o poderia atravessar um que fosse injusto, caso fosse bastante ousado para tentá-lo. — *The Complete Works of Flavius Josephus*, John C. Winston, Filadélfia, p. 91.

A Chave Mágica do Instrutor

Tornando Fácil o Aprendizado

O sonho de cada professor é descobrir um método, algum expediente ou meio de dizer uma coisa uma vez, e conservá-la na mente dos alunos para sempre ou pelo menos, até que tenha passado a época dos exames. Os próprios professores encontram-se, eles mesmos, dizendo hoje o que já foi ensinado ontem, e entretanto isto é aparentemente novo, tão distante estão os alunos de se lembrarem. E se for repetido amanhã, não há necessidade de pedir desculpas. Como pode isso ser dito uma vez e as crianças se recordarem? A lei de associação vem com a resposta: A lição deveria ser apresentada em ligação com uma história.

Numa classe de fonética, querendo a professora relacionar a letra S, com certo som, contou a seguinte história: "Certa vez, quando eu era menina, meu pai levou-me a visitar uns amigos que moravam numa fazenda. Eles tinham alguns gansos e eu queria ver os gansinhos. E sabem o que a mamãe ganso disse quando eu tentei agarrar seus filhinhos? Ela disse, 'Sissss', e alongou o pescoço como esta letra S. Quando vocês virem esta letra, lembrem-se de que a mamãe ganso disse, 'Sissss'".

Noutra ocasião, a professora contou esta história a respeito do M. "Meu tio tinha uma vaca, e todas as tardes quando ela vinha à estrabaria para ver seu filhinho, tinha que cruzar três pequenos morros. Ao atravessar o primeiro ela fez, 'MMMMM', ao atravessar o segundo, fez 'MMMMM', e ao atravessar o terceiro, fez 'MMMMM', depois estava com seu bezerro. Vamos brincar como se fôssemos a vaca e estivéssemos indo ver nosso bezerro, passando assim pelos três morros. Enquanto passarmos os três morros faremos aproximar-se e trabalhar por eles com amor". — Idem, p. 305.

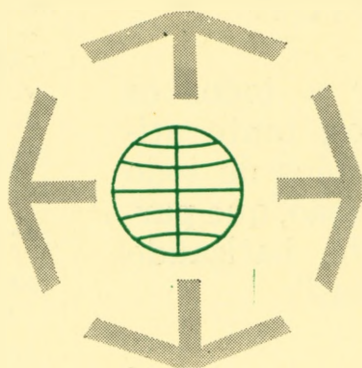
A combatividade, o espírito de debate, precisam ser abandonados. Se quisermos ser semelhantes a Cristo, devemos aproximar-nos do povo, onde o povo está. — Idem, p. 249.

"O caminho mais seguro para destruir as falsas doutrinas é pregar a verdade. Mantende-vos no lado positivo. (...) Mostrai bondade e espírito de simpatia para com o errante. Sedz íntimos dos corações". — Idem, p. 304.

Quando assim trabalhamos, desarmamos o inimigo e fortalecemos nossa própria causa. A frequência inicial poderá ser sensivelmente pequena, mas será um fundamento seguro sobre o qual poderemos construir. Sabendo quem somos, o público vem. Vêm, para ouvir uma mensagem adventista, para receber literatura adventista. Não haverá grande desilusão. Por outro lado, se pregamos de maneira que as forças da oposição se levantam e nos forçam à defensiva, teremos perdido a iniciativa. Não podemos construir com firmeza, o auditório irá diminuindo, exceto naquelas poucas noites quando nos defendíamos a nós mesmos e enfrentávamos Golias! Isto é o que tem sido observado mais e mais. E não é tempo de mudar de sistema?

Alguns poderão objetar a este amplo quadro para o evangelismo, mas nós podemos apontar os que seguem o inspirado padrão e estão tendo maravilhoso sucesso. Eles estão derribando preconceitos. Contrastai isto com a oposição experimentada pelos que estão colhendo os resultados que nossos predecessores da camuflagem e espírito combativo têm criado. Por que não experimentamos o caminho indicado pelo plano inspirado?

NOTAS



BREVES

● O Pastor W. R. Vail regressou recentemente de Zaira, onde conduziu dois cursos doutrinários para líderes de outras denominações que estão solicitando afiliar-se à Igreja Adventista do Sétimo Dia. Um total de 80 assistiram aos dois cursos, e destes, 56 foram batizados e outros estão assistindo às classes batismais. O primeiro grupo de 25 líderes recém-batizados iniciou um trabalho evangelístico imediatamente, e já prepararam 119 pessoas para o batismo.

—Extraído do *"General Conference Minutes"*

19 de julho de 1973, voto N.º 73-1591

● Atualmente a peça teatral JESUS CRISTO SUPER-ESTRELA está sendo preparada em filme, e algo mui extraordinário aconteceu durante sua filmagem.

“O diretor Norman Jewison conta a história em uma recente entrevista. Ele e sua equipe estavam filmando em Israel. Quando colocaram o ator que fazia o papel de Cristo na cruz e o levantaram, ‘repentinamente manifestou-se um tempestuoso vento, e o céu se enegreceu de uma maneira fora do comum durante esta época do ano. (...) Na verdade, o vento era tão violento e havia tanta vibração e arremessos das indumentárias, e eram tantas as pequenas estacas que voavam ao redor, que nós quase paramos a filmagem. Inspirava medo’.

“O Sr. Jewison acrescentou: ‘As pessoas que trabalharam no filme SUPER-ESTRELA, por anos repetirão assombrados histórias sobrenaturais de tais coincidências’”.

— *"Insight"*, 14 de agosto de 1973, p. 6

● Representantes de mais de duzentas e sessenta Igrejas Presbiterianas do Sul votam recentemente formar uma nova denominação, separando-se da Igreja Presbiteriana nos EE. UU Reunidos na Igreja Presbiteriana Westminster de Atlanta, os delegados à convocação especial de sessões votaram formar uma nova denominação, que se chamaria Igreja Presbiteriana Continuada (Continuing Presbyterian Church). Os planos eram de que tal denominação se estabelecesse ainda no ano passado, como “leal à Escritura, à fé reformada, e entregue à missão espiritual da igreja como Cristo ordenou na grande comissão”.

● A população ateísta da Austrália aumentou em 900 por cento num período de cinco anos, segundo dados apresentados pelo Departamento de Censo e Estatísticas. De 94.091 australianos que declaram não ter nenhuma religião em 1966, o número aumentou para 855.676 em 1971 — o que representa 6,7 por cento da população do país.

● Recente lei exigindo que os livros de biologia nas escolas do Tennessee dediquem ao relato bíblico da criação o mesmo espaço que dedicam à evolução entrou em vigor em Nashville. Sob essa nova lei, todos os livros de biologia usados a partir de 1975 nas escolas públicas do Estado, devem ensinar a evolução apenas como uma teoria de criação. Igual espaço deve ser dedicado a alternativas, incluindo-se o relato de Gênesis.

CONHECIA VOCÊ ESTE VOTO?

“Votado, solicitar a todos os pastores ordenados, tanto ativos como aposentados de todo o território da Divisão, que participem ativamente, batizando nestas quatro datas”:

QUE DATAS?

30 de março
22 de junho
21 de setembro
21 de dezembro

Os quatro grandes batismos de colheita de 1974.

Sim, Você não pode ser um simples expectador.

Faça planos para participar ativamente.



O **MINISTÉRIO** adventista

O MINISTÉRIO ADVENTISTA — Publicado bimestralmente pela ASSOCIAÇÃO MINISTERIAL DA IGREJA ADVENTISTA DO 7.º DIA — Editado pela Casa Publicadora Brasileira, Av. Pereira Barreto, 42 — 09000 - Sta. André, São Paulo.

Ano 40 Março-Abril 1974 N.º 2

DIRETOR —
RUBÉN PEREYRA

GERENTE GERAL —
BERNARDO E. SCHÜNEMANN

REDATOR —
CARLOS A. TREZZA

COLABORADORES —
R. A. WILCOX, ENOQUE DE OLIVEIRA

DEPTO. DE ARTE —
HENRIQUE C. KAERCHER

Assinatura Anual US\$ 3,00

Número Avulso US\$ 0,50

NESTE NÚMERO

De Coração a Coração:	
Vale a Pena	2
Evangelismo:	
Quando uma Pessoa Está Pronta para o Batismo? 3	
Obra Pastoral:	
Liderança Pastoral	6
Entrevistas:	
O Diretor Faz Dez Perguntas ao Diretor do CEI	8
Artigos Gerais:	
Tendências do Ecumenismo 10 e 11	
Os Adventistas e a Música 14	
Os Adventistas Respondem a Perguntas Sobre Doutrina	17
Notícias	23
Aviso	24